Parte 2 - Migração, cultura e direitos humanos

Direitos humanos dos migrantes indocumentados: entre a teoria e a prática

Natália Medina Araújo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ARAÚJO, N. M. Direitos humanos dos migrantes indocumentados: entre a teoria e a prática. In: SANTOS, M. L., ANUNCIACÃO, C. S., and CAVALCANTI, V., eds. *Migrações e identidades: várias óticas e perspectivas* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 97-110. ISBN: 978-85-7455-492-1. <https://doi.org/10.7476/9788574554921.0004>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES INDOCUMENTADOS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Natália Medina Araújo¹

Como o próprio nome já diz, Direitos Humanos são direitos de todos os seres humanos. A universalidade costuma ser apontada como uma das características essenciais dos direitos humanos, o que significa dizer que esses direitos são universais em relação aos seus titulares e destinatários (AMARAL JR., 2002). Diante disso, pode parecer redundante dizer que os migrantes, inclusive os indocumentados, são destinatários dos direitos humanos.

Entretanto, afirmar a universalidade dos direitos humanos não significa dizer que sua aplicação seja sempre igual. Pelo contrário, a efetivação dos direitos humanos é sempre seletiva. Isso ocorre tanto porque a adesão dos Estados aos compromissos e às normas internacionais é variável, quanto devido às políticas internas de efetivação, que podem ser mais ou menos eficazes (AMARAL JR., 2002). Além disso, o nível de fiscalização dos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos também varia de acordo com as peculiaridades regionais e com o poder cedido pelos Estados vinculados a eles.

A centralidade dos Estados na implementação dos direitos humanos é indiscutível, mesmo porque os Sistemas Internacionais

1 Doutoranda e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Crítica e Direito Internacional (C&DI).

apenas são acionados – nos casos em que isso é possível – em face de descumprimento e após o prévio esgotamento dos recursos internos (ABRAMOVICH, 2009). Por outro lado, uma das motivações históricas dos direitos humanos é proteger os indivíduos dos Estados, tanto que os direitos individuais surgiram como reação ao Estado absolutista dos séculos XVII e XVIII (AMARAL JR., 2002). Desse modo, os Estados são detentores de um papel ambíguo: são, a um só tempo, protetores e violadores de direitos humanos. Nesse sentido, pode-se afirmar que sempre existe alguma tensão entre a teoria e a prática dos direitos humanos, tensão que se relaciona com a soberania dos Estados e sua ambiguidade em relação aos direitos humanos.

A questão dos direitos humanos dos migrantes, contudo, conta com uma dificuldade adicional, que também se relaciona com o exercício da soberania estatal. A peculiaridade do seu caso reside no fato de que a soberania, para os migrantes, possibilita a sua exclusão do território do Estado diante do qual ele pleiteia a proteção dos seus direitos. No seu caso, a inacessibilidade prática vai além de um mero problema de efetividade e torna-se uma questão aporética, um problema capaz de gerar sérias perplexidades teóricas e indagações sobre sustentabilidade de um sistema em que tal exclusão é possível.

Para compreendermos a tensão entre os direitos humanos dos migrantes abstratamente considerados e a dificuldade da sua efetivação (ou tensão entre a teoria e a prática dos direitos humanos dos migrantes indocumentados), faremos, primeiramente, um estudo sobre quais são os direitos humanos dos migrantes a partir da Opinião Consultiva n. 18, da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em seguida, um breve discurso histórico buscará demonstrar que essa tensão possui raízes profundas, que se relaciona com o surgimento e fortalecimento do Estado moderno. Finalmente, buscaremos compreender por que os direitos humanos são inacessíveis, na prática, aos migrantes indocumentados.

Os Direitos Humanos dos migrantes

A afirmação dos direitos dos migrantes mereceu a atenção de órgãos internacionais, mas nenhum de forma tão ampla quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em especial por meio do exercício da sua competência consultiva, quando da Opinião Consultiva n. 18, de 17 de dezembro de 2003, solicitada pelo México. Nesse parecer, a Corte Interamericana afirmou obrigação geral de respeitar e garantir o exercício de direitos, independentemente do *status* migratório, com base na proteção do princípio de igualdade e não discriminação. Mais que isso: considerou que não discriminação, igualdade perante a lei e igual proteção perante a lei são elementos constitutivos de um princípio básico e geral relacionado à proteção dos direitos humanos. A Corte ressaltou, contudo, que discriminação não é qualquer distinção entre nacionais e migrantes, mas sim um termo empregado em referência ao inadmissível, por violar direitos humanos. Portanto, se utiliza o termo discriminação para a exclusão, restrição ou privilégio que não seja objetivo e razoável e redunde em descumprimento de direitos humanos (Corte IDH, 2003, § 84 e § 109).

A Corte Interamericana entendeu, ainda, a existência de um vínculo indissolúvel entre a obrigação de respeitar e garantir direitos humanos e o princípio da igualdade e não discriminação. Desse modo, os Estados são obrigados a respeitar e garantir o pleno e livre exercício dos direitos e liberdades – e têm que fazê-lo sem discriminação alguma (Corte IDH, 2003, § 85). Como consequência, os Estados têm obrigação de não introduzir em seu ordenamento jurídico regulações discriminatórias e de combater práticas discriminatórias (Corte IDH, 2003, § 88).

É preciso notar que o princípio da não discriminação já gerava obrigações positivas para os Estados, e aqui, se está reafirmando que os migrantes também são abarcados pelo princípio da não discriminação. Nessa Opinião Consultiva, entretanto, a Corte avança o patamar de proteção ao afirmar que tal princípio

é um imperativo de direito internacional geral, e por isso aplicável a todos os Estados, independentemente dos tratados de direitos humanos dos quais sejam parte (Corte IDH, 2003, §§ 100 e seguintes). Ao adquirir o *status* de normas *jus cogens*, ou seja, normas imperativas de direito internacional geral, o princípio da não discriminação se torna impassível de derrogação.

A aplicação do princípio da igualdade e não discriminação aos migrantes, que se encontram em situação de vulnerabilidade quanto à implementação dos seus direitos e sujeitos a preconceitos que muitas vezes levam à impunidade das violações de direitos praticados contra eles, inclui o direito às garantias judiciais, entendido como direito à tutela jurisdicional efetiva (Corte IDH, 2003, §§ 109 e 113). A Corte entende que, para que exista devido processo legal, “o processo deve reconhecer e resolver os fatores de desigualdade real” e “adotar medidas de compensação que contribuam para reduzir ou eliminar os obstáculos e deficiências que impeçam ou reduzam a defesa eficaz dos próprios interesses” (Corte IDH, 2003, § 121).

Em relação aos direitos laborais dos migrantes, a Corte Interamericana ressalva que tais direitos surgem, necessariamente, da condição de trabalhador, entendida no sentido mais amplo. Assim, uma pessoa que ingressa em um Estado e se engaja em relações laborais adquire seus direitos humanos laborais nesse Estado de emprego, independentemente de sua situação migratória ser regular ou irregular (Corte IDH, 2003, §133). Além disso, em uma relação laboral regida pelo direito privado, deve-se ter em conta a eficácia horizontal dos direitos humanos, ou seja, sua eficácia inclusive entre particulares (Corte IDH, 2003, §140).

Como se pode ver, a Corte Interamericana entende que os migrantes devem ter seus direitos humanos amplamente protegidos, independentemente do *status* migratório. Ela estabelece, inclusive, que o respeito aos direitos humanos dos migrantes não pode ser subordinado a políticas migratórias dos Estados, ou seja, os Estados podem regulamentar o ingresso, a permanência e a saída de

migrantes do seu território, mas as normas que o fazem devem ser executadas com garantia aos direitos humanos, e as distinções estabelecidas devem ser objetivas, proporcionais e razoáveis.

Entretanto, a Corte faz duas ressalvas cujos impactos serão observados no próximo item. A primeira é que os Estados podem fazer distinções entre migrantes documentados e indocumentados, e entre migrantes e nacionais, “sempre que esse tratamento diferenciado seja razoável, objetivo, proporcional e não lesione direitos humanos”. A segunda é que “os Estados podem estabelecer mecanismos de controle de ingressos e saídas de migrantes indocumentados em seu território, os quais devem aplicar-se com respeito às garantias do devido processo e à dignidade humana” (Corte IDH, 2003, §119).

A Opinião Consultiva n. 18 da Corte Interamericana é usualmente – e com razão – citada como um avanço na proteção dos direitos dos migrantes. Isso ocorre porque ela é exigente quanto ao padrão de proteção imposto e quanto às obrigações dos Estados, indo além da mera enumeração de direitos e englobando as garantias judiciais efetivas e o devido processo legal até mesmo para excluir o migrante indocumentado do território. Contudo, existe um limite imposto pelo direito internacional que a impede de avançar mais, e isso fica claro nas duas ressalvas anteriores. A Corte afirma que os migrantes são destinatários de todos os direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mas o Estado tem a última palavra sobre quem entra, sai e permanece no seu território. Como veremos no próximo tópico, esse é um detalhe que faz muita diferença quanto à possibilidade real de efetivação dos direitos. O poder de controlar as fronteiras e de excluir os imigrantes indesejados é a principal causa para a distância entre a teoria e a prática dos direitos humanos dos migrantes.

Soberania, monopólio do movimento e direitos humanos dos migrantes indocumentados

As migrações internacionais estão em relação íntima com a afirmação das fronteiras dos Estados e, aparentemente, com institutos fundamentais do direito internacional, como a doutrina da soberania. Discutir fronteiras nacionais implica, necessariamente, articular ideias de soberania, uma doutrina central do direito internacional que, segundo Antony Anghie, foi moldada pelo encontro colonial. As fronteiras indicam uma escolha pelo conceito territorial da soberania, em detrimento de alternativas disponíveis até o séc. XIX (ANGHIE, 2005).

Hoje vivemos na era dos direitos humanos, e os novos migrantes demandam por *status* igualitário. Mas a linguagem dos direitos não parece adequada a todas as demandas por igualdade de modo eficiente (KOSKENNIEMI, 1999). E não parece dar conta da complexidade desigual – econômica, social e política – estabelecida desde o encontro colonial e aprofundada pela economia do capitalismo neoliberal, globalizado e financeirizado, que tem por tendência sistêmica uma série de brutalidades multifacetadas e a *expulsão* de seres humanos, empurrados para fora das suas economias, incluídos aí os migrantes indocumentados (SASSEN, 2014).

Se os direitos humanos são insuficientes para dar uma resposta às demandas por sobrevivência e melhores condições de vida dos que buscam a migração internacional, isso decorre do fato de que as heranças históricas são neutralizadas na sua linguagem eminentemente universal. Essa linguagem determina a agenda do direito internacional, importa escolhas que reproduzem práticas de poder hegemônicas. Koskenniemi (2004, p. 213-214) observa que “os principais problemas da ordem mundial não são aqueles com os quais o poder hegemônico está obcecado – uso da força e segurança nacional – mas problemas econômicos, sendo a pobreza o exemplo mais marcante”. O direito internacional está inteiramente implicado no que só pode ser visto como “um sistema profundamente injusto de distribuição material e espiritual de valores” (KOSKENNIEMI, 2004, p. 213-214).

O Estado exerce o monopólio dos meios legítimos do movimento, e para isso desenvolveu tecnologias, como o uso de documentos capazes de distinguir os nacionais dos estrangeiros, sendo o principal deles o passaporte. Esses documentos que possibilitaram a identificação precisa entre os que pertenceriam ao Estado e os que não pertenceriam, o que foi fundamental para possibilitar a gestão dos fluxos migratórios, podem ser identificados com o surgimento e desenvolvimento dos Estados-Nação.

É importante mencionar que o Estado não detém, e nem nunca deteve, o controle efetivo total dos movimentos das pessoas, e nem tampouco dele necessita. Seja por falta de capacidade técnica ou mesmo por falta de interesse, o Estado não necessariamente exerce o controle no momento do ingresso. A efetividade do controle é irrelevante para o sucesso do seu monopólio, pois de qualquer modo ele logra definir os critérios da licitude, o que já é, quase sempre, suficiente para a consecução dos seus objetivos. É com o uso de documentos, emitidos pelos Estados nacionais, como o passaporte, que a distinção entre “documentados” e “indocumentados” (ou “legais” e “ilegais”) passa a ser o principal critério de licitude da mobilidade humana que atravessa as jurisdições dos Estados (TORPEY, 2000). Assim, o monopólio do Estado recai sobre o controle dos *meios legítimos do movimento das pessoas*, fazendo surgir categorias de pessoas que se movimentam através das fronteiras interestatais regularmente (documentados) ou irregularmente (indocumentados).

Controles de passaporte não são uma invenção recente, mas tampouco existem desde sempre. A sua universalização está relacionada à universalização do Estado como entidade política central do mundo moderno. Exemplos disso podem ser vistos em vários lugares e diferentes épocas. Na Inglaterra, apesar da garantia da liberdade do súdito inglês para partir pela Magna Carta, uma lei (*statute*) de 1381 proibiu quase todos, notavelmente comerciantes e soldados, a deixar o reino sem uma permissão. Em 1548, mendigos e vagabundos “foram banidos como uma ameaça à paz interna, lei e ordem” na Prússia. Regras semelhantes surgiram em vários Estados do mundo à medida que o

conceito de Estado se universalizava. A Rússia Czarista, no sec. XVIII, utilizou restrições de movimento como mecanismo para ampliar seu exército, à época um dos maiores do mundo (TORPEY, 2000).

A necessidade de controlar as pessoas e restringir seus movimentos se deve a pelo menos duas questões centrais para o Estado moderno. A primeira é definir quem é responsável por integrar as forças militares permanentes. A segunda, não menos importante, é a produção econômica e a repartição das riquezas. Não é à toa que, nos primeiros séculos do Estado moderno, quando o Estado possuía características mercantilistas e belicosas, era a emigração, ou seja, a saída dos cidadãos, a maior preocupação. A emigração não autorizada podia ser punida com a morte ou a escravidão (ZOLBERG, 1994, p. 155). Trata-se não apenas de distinguir a massa dos cidadãos da dos não cidadãos, mas também, sobretudo, de identificar quem são os cidadãos, e documentá-los, incorporando-os, com este ato de registro, ao Estado. Os Estados mantêm *certas* pessoas a seu alcance, ao tempo em que *exclui* outras. A modernidade construiu a sua organização com a criação de Estados soberanos aos quais a cidadania é “inevitavelmente soldada” (MECCARELLI, 2012, p. 9).

Observar as relações entre a afirmação do Estado moderno e o desenvolvimento da gestão e controle dos fluxos migratórios é adentrar o universo de ideias que sustentam a exclusão dos migrantes e possibilitam o surgimento de categorias contemporâneas como *migrantes indocumentados*, uma classe de seres humanos em grande parte excluída do gozo de direitos e dos benefícios que a soberania estatal garante aos seus cidadãos reconhecidos e mesmo aos migrantes documentados, considerados “legais” e dignos de certa proteção.

Trachtman (2009) defende que acontece uma espécie de competição entre a imigração legal e a ilegal, tanto no caso dos indivíduos que tomam a decisão de imigrar quanto em relação às políticas dos países receptores. Uma quantidade substancial de imigrantes é ilegal, e, para os Estados, criar restrições legais e aplicar essas restrições tem um custo adicional com o qual eles nem sempre estão dispostos a arcar. Outra questão é que, ainda que haja regulamentação e mesmo

certa abertura para a entrada de migrantes regulares, isso não restringe totalmente a entrada de imigrantes ilegais.

A consequência da ilegalidade, por sua vez, é o poder, ou melhor, o direito soberano do Estado de excluir, a qualquer tempo, o imigrante indocumentado do seu território, o mesmo território sobre o qual exerce sua jurisdição e, portanto, dentro do qual está obrigado a garantir direitos humanos universais. Não é difícil perceber o problema: como pode o migrante indocumentado cobrar seus direitos universais, se esses direitos não são capazes de elidir o exercício da soberania que pode suprimir a ele próprio? Migrantes indocumentados tendem a evitar qualquer contato com as autoridades estatais, pelo risco de deportação inerente a esse contato. Embora nem todas as autoridades estatais exerçam o papel de excluir, trata-se de um risco difícil de calcular.

Como pode, então, um migrante indocumentado reivindicar seus direitos quando esta reivindicação pressupõe que o migrante entre em contato com os órgãos estatais? Para Noll (2010), a instabilidade dessa relação entre a reivindicação de direitos humanos universais e o poder soberano de excluir do Estado não apenas causa dificuldades concretas para os migrantes indocumentados, mas também nos apresenta uma aporia ao pensar a universalidade dos direitos humanos, qual seja, que o gozo de um conjunto de direitos humanos universais, entre os quais há uma série de direitos de “aplicabilidade imediata” seja sistematicamente inacessível a um grupo de seres humanos clara e urgentemente necessitados. Seria ainda possível afirmar a universalidade dos direitos humanos se ele falhasse com tal grupo? (NOLL, 2010).

É verdade, por um lado, que os Estados não negam abertamente a aplicabilidade dos direitos humanos aos migrantes. Por outro lado, se tomarmos o exemplo concreto da Convenção sobre os Direitos da Criança², que prevê, entre outros, o direito a não

2 Trata-se de uma das Convenções mais bem aceitas do mundo, contando com 195 Estados-Partes.

discriminação, podemos encontrar algumas reservas, como as da Inglaterra e Nova Zelândia, ou declarações interpretativas, como a da Alemanha³, que reafirmam a ideia de que a Convenção não pode ser interpretada no sentido de evitar o exercício da jurisdição do Estado para controlar o ingresso, permanência e saída dos seus não nacionais do território. Talvez isso possa ser entendido a partir da ideia de Zolberg de que o controle da migração é inerente à organização política de um mundo dividido em Estados. Nessa perspectiva, o comportamento do imigrante não autorizado passa a ser visto como desviante da norma. Como bem observa, a capacidade de controlar o movimento é um requisito para o exercício de qualquer tipo de autoridade, o que é “especialmente crucial quando a autoridade é definida em termos territoriais, como é o caso do Estado moderno” (ZOLBERG, 1994, p. 154).

A proteção dos direitos humanos dos migrantes e a ideia de uma maior liberdade de migrar contrariam de tal forma a ordem dos Estados modernos que há quem afirme que as normas que restringem a migração são o último bastião de uma soberania em declínio no mundo globalizado (DAUVERGNE, 2008). De modo complementar, a universalização dos direitos dos migrantes aparece para alguns como associada a uma nova governança global que questiona a estrutura do Estado-nação (SICILIANO, 2012). É preciso, contudo, ser cauteloso e reconhecer que se por um lado a migração em massa, possibilitada pela globalização, desafia o sistema de Estados-nação, por outro impõe maiores desafios na proteção dos direitos humanos dos migrantes, pois o Estado, ao menos por enquanto, continua a ser o principal parâmetro de divisão política do poder.

3 A título de exemplo, a declaração da Alemanha diz: “Nothing in the Convention may be interpreted as implying that unlawful entry by an alien into the territory of the Federal Republic of Germany or his unlawful stay there is permitted; nor may any provision be interpreted to mean that it restricts the right of the Federal Republic of Germany to pass laws and regulations concerning the entry of aliens and the conditions of their stay or to make a distinction between nationals and aliens”.

Os desafios contemporâneos à proteção dos direitos humanos dos migrantes

Do exposto, conclui-se que existe uma tensão sistêmica entre os direitos humanos dos quais os migrantes são destinatários e o poder soberano de excluí-los, que tem bases históricas, remontando à própria formação e consolidação dos Estados modernos. A partir dessa constatação, sugere-se que a inacessibilidade prática dos migrantes a direitos humanos deve ser enfrentada em três níveis, cada um dos quais corresponde a um desafio a seguir.

O primeiro desafio está no nível da implementação das normas já consagradas, afinal, existe um reconhecimento amplo dos direitos humanos dos migrantes, inclusive aqueles indocumentados, o que pode ser observado na OC 18 da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse nível, é de fundamental importância a atuação ativa de todas as instituições públicas que garantem a prestação jurisdicional, incluindo os órgãos de controle, fiscalização e assistência judiciária. Há bases sólidas para a defesa judicial dos direitos dos imigrantes. Apesar disso, sabemos que na maioria das vezes os migrantes indocumentados são invisíveis aos olhos do Estado e se esquivam da sua proteção capaz de suprimi-lo, por isso é preciso incorporar garantias ainda mais fortes à prestação jurisdicional e ao devido processo legal que protejam a permanência dos migrantes no território nacional, pelo menos até a prestação jurisdicional definitiva.

O segundo desafio é político, no sentido de que é preciso criar uma política migratória que responda às exigências dos direitos humanos dos migrantes em conformidade com o patamar estabelecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A maioria dos Estados não conta com uma política migratória voltada à garantia de direitos, tendo, ao contrário, o imigrante como ameaça e sujeitando-o a privações injustificáveis de direitos. Os Estados possuem obrigações estabelecidas internacionalmente, e embora a eles seja resguardado o direito de controlar o ingresso, saída e permanência de migrantes do seu território, não é admissível o

exercício abusivo desse direito, de modo a desrespeitar direitos humanos. No Brasil, por exemplo, a legislação vigente (Lei 6.815/80 – Estatuto do Estrangeiro) é fruto do período ditatorial, e não se enquadra no paradigma dos direitos humanos. Uma nova legislação e uma nova política migratória são imprescindíveis e urgentes para dar ao Brasil as ferramentas necessárias ao adimplemento de suas obrigações internacionais.

Finalmente, o terceiro desafio é reconhecer as raízes históricas profundas do problema. Isso possibilita a desnaturalização de conceitos e categorias tidos por naturais, como a nacionalidade, o Estado ou a existência de um documento como o passaporte. Esse reconhecimento é fundamental para a compreensão das aporias e perplexidades que o sistema atual apresenta e a reflexão sobre elas. Só assim será possível criar soluções melhores, embora, é preciso reconhecer, elas não sejam fáceis.

Referências

ABRAMOVICH, Víctor. Das violações em massa aos padrões estruturais: Novos enfoques e clássicas tensões no sistema interamericano de direitos humanos. **Sur**, São Paulo, v. 6, n.11, p. 7-39. 2009.

AMARAL JR., Alberto do. A proteção internacional dos direitos humanos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 39, n. 155, p. 51-60. 2002.

ANGHIE, Antony. **Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados. Opinião Consultiva OC-18/03, de 17 de setembro de 2003. Série A, n. 18.

DAUVERGNE, C. **Making people illegal**: what globalization means for migration law. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KOSKENNIEMI, Martti. The effect of rights on political culture. In: ALSTON, Philip (Ed.). **The EU and human rights**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KOSKENNIEMI, Martti. International Law and Hegemony. **Cambri-**
dge Review of International Affairs, v. 17, n. 2, jul. 2004.

MECCARELLI, Massimo et al. Introduzione. Dimensione giuridica del fenômeno migratório tra paradossi e artificialità. In: MECCARELLI, Massimo et al (Orgs). **Ius Peregrinandi**: il fenômeno migratório tra diritti fondamentali, esercizio della sovranità e dinamiche di esclusione. Macerata: EUM, 2012.

NOLL, Gregor. Why Human Rights Fail to Protect Undocumented Migrants. **European Journal of Migration and Law**, 12, p. 241-272. 2010.

SASSEN, Saskia. **Expulsions**: brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SICILIANO, André Luiz. O papel da universalização dos direitos humanos e da migração na formação da nova governança global. In: **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos/Sur** – Rede universitária de direitos humanos, v. 9, n. 16, jun. 2012.

TORPEY, John. **The invention of the passport**: surveillance, citizenship and the State. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TRACHTMAN, Joel P. Introduction: Toward the Fourth Freedom. In: International Law of Economic Migration: Toward the Fourth Freedom. Joel P. Trachtman. Kalamazoo, MI: W.E. Upjohn Institute for Employment Research, 2009, pp. 1-29. Disponível em: <http://research.upjohn.org/up_bookchapters/26>

ZOLBERG, A. R. Changing Sovereignty Games and International Migration. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 2, n. 1, p. 153-170. 1994.